

COLUNA DO CASTELLO

A convocação extraordinária

SÃO puramente fantasiosas as hipóteses de alteração do quadro sucessório para possibilitar uma candidatura de conciliação na base de arranjos institucionais. O Ministro Leitão de Abreu tem dito com clareza que o Presidente não deseja alterar as regras do jogo e ele, Ministro, entende todavia que qualquer alteração é possível desde que fruto de um acordo entre os partidos para reformar a Constituição. Essa reforma não haverá mais antes do pleito e o Chefe do Gabinete Civil tem consciência disso, embora insista na idéia de que a chamada emenda Figueiredo seria uma boa base para negociação política.

Curioso é que as versões sobre conciliação sejam agora difundidas por correligionários do Deputado Paulo Maluf, ainda confiante na sua própria vitória. Seus companheiros é que já não acreditam muito na hipótese de vitória, apesar do insistente Deputado Bonifácio de Andrade continuar a crer que levará o jogo ao tapetão, isto é, que conseguirá impugnar os votos do PDS dados a Tancredo Neves e encontrar apoio na Justiça para essas impugnações. O caso da fidelidade partidária é caso encerrado e continua no noticiário como remoto estímulo à fidelidade dos malufistas.

Mas a Frente Democrática não está tão tranqüila quanto seria de supor com relação ao desfecho do processo. Há certeza de que uma grande maioria do Colégio está assegurada para o candidato Tancredo Neves, mas há preocupação quanto à estabilidade institucional e às ações de desespero que se sucederiam à desistência da candidatura do Sr Paulo Maluf ou seu abandono em massa pelos políticos que conseguiu aliciar até aqui. O Deputado Thales Ramalho, por exemplo, transmitiu ao candidato da Frente a impressão de que é inconveniente a convocação extraordinária do Congresso para os meses de dezembro e janeiro.

Entende o Sr Thales Ramalho que manter em funcionamento Câmara e Senado na véspera do encerramento da campanha oferece riscos e abre caminho para tentativas de substituição das normas constitucionais, estimulando a imaginação dos pescadores de águas turvas. O Sr Tancredo Neves, sem opinar sobre o assunto, pediu que o Deputado pernambucano manifestasse seu ponto-de-vista ao presidente do PMDB, Sr Ulysses Guimarães, pois são lideranças do seu partido que estão colhendo assinaturas de parlamentares em favor da convocação extraordinária do Congresso.

Como falta apenas vinte dias para fechamento da sessão ordinária já não há tempo para apresentação de projetos que possam ser debatidos e votados. Deixar que as câmaras cumpram seu período de recesso normal seria para o Deputado a melhor estratégia para este final de campanha pela Presidência da República.

Um livro sobre a sucessão

Editado pela Nova Fronteira, será lançado amanhã um livro sobre a sucessão presidencial — **O drama da sucessão e a crise do regime**. Seus autores são Aspásia Camargo, dirigente do Cepedoc, e Walder de Góes. As primeiras cem páginas são ocupadas por Aspásia Camargo numa análise das sucessões presidenciais brasileiras, tendo como pano de fundo o tema da alternância de poder desde os tempos bíblicos até a formação das estruturas políticas das nações modernas.

Na segunda parte, Walder de Góes faz um estudo em profundidade do quadro da política brasileira atual e suas origens, notadamente a origem da abertura, sua inspiração, sua força e sua viabilidade. Levantando informações que demonstram a estruturação de uma aliança tecnocrática civil e militar que, nos últimos vinte anos, alterou em substância a composição do poder político no país, o autor examina a possibilidade da efetiva modificação desse quadro mediante atual processo sucessório. A força básica das atuais instituições — Forças Armadas — está dividida em dois segmentos, o dos comandos e o da comunidade de informações e segurança. Essa última, que estabeleceu rígido controle sobre todo o processo decisório, é continuísta e só admite a substituição do Presidente da República desde que preservada a aliança que lhe assegura o exercício de sua enorme influência.

Demonstra Walder de Góes que 27% dos cargos com poder de decisão nos ministérios civis estão nas mãos de militares, geralmente associados a tecnocratas e coadjuvados por uma burocracia que abriu amplo mercado de trabalho para oficiais da reserva. Essa sólida estrutura é que resiste a candidaturas de oposição e pretende criar condições para escolha de Presidente que mantenha o poder efetivo nas mãos da Secretaria Geral do Conselho Nacional de Segurança e do SNI.

A leitura dos capítulos referentes à definição dessa faixa de poder seria da maior utilidade para os dirigentes políticos que pretendem comandar a sucessão presidencial em curso.

CARLOS CASTELLO BRANCO